

Histórico: A Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), é uma sociedade por ações, criada pelo Decreto-Lei nº 63, de 15 de maio de 1969, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 52.102, de 29 de agosto de 2007, dotada de personalidade jurídica de direito privado, empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se por seu Estatuto, pelas Leis Federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis, que, em virtude de dificuldades financeiras nos anos de 2015 e 2016, tornou-se dependente a partir da edição do Decreto Estadual nº 62.309, de 15 de dezembro de 2016, revogando o Art. 11 do Decreto Estadual nº 52.102/2007, que não permitia ao Estado transferir recursos para o custeio de despesas operacionais da CDSS. Possui como objeto social a administração e a exploração do Porto Organizado de São Sebastião, nos termos da delegação outorgada pela União, ao amparo da Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996, ao Estado de São Paulo, realizada por meio de Convênio celebrado em 15 de junho de 2007, com vigência de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir de 1º de junho de 2007, prorrogáveis por até mais 25 (vinte e cinco) anos. O objeto da delegação do Porto de São Sebastião obedece ainda à Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013 (que revogou e substituiu a Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993), Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, Lei Federal nº 14.047, de 24 de agosto de 2020 (que inclui disposições na Lei Federal nº Lei 12.815), Decreto Federal nº 8.033, de 27 de junho de 2013 e demais regulamentos e normas aplicáveis, inclusive os editados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, relativos à prestação dos serviços e à exploração da infraestrutura portuária, aplicáveis ao caso. **Processo de Desestatização:** Em 2019, com a mudança do Governo do Estado, foram implementadas novas diretrizes, estabelecendo como uma das prioridades, a privatização das empresas estatais. No caso do Porto de São Sebastião, pelo fato do mesmo ser da alçada da União, houve um entendimento entre o Governo Federal e o Governo Estadual para que o mesmo fosse incluído no Programa Nacional de Desestatização enquanto o Estado adotaria as providências com relação ao futuro da Companhia Docas de São Sebastião. Em 14 de agosto de 2019, com a edição do Decreto Federal nº 9.972, o Porto Organizado de São Sebastião foi qualificado no âmbito do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de desestatização. Em 28 de abril de 2020, foi celebrado entre o BNDES e o Ministério da Infraestrutura contrato cujo objeto consiste na “prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República”. O BNDES realizou processo seletivo, para a contratação de consórcio de empresas para efetuar os referidos estudos, cujo vencedor foi o Consórcio DAGNL, formado por DTA Engenharia Ltda. (líder), Alvarez & Marsal Consultoria em Engenharia Ltda., Garin Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda., Navarro Prado Advogados e Lobo & De Rizzo Sociedade de Advogados. A CDSS, desde junho de 2020, vem fornecendo ao BNDES e a partir de novembro de 2020 ao Consórcio contratado, as informações e dados para subsidiar os estudos para a desestatização. A CDSS, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não está contemplada nesses estudos, visto não ser objeto do processo de desestatização. Por outro lado, a Companhia não vislumbra nenhuma expectativa de sua descontinuidade operacional no exercício de 2021. **Desempenho Operacional:** Em 2020, 1.719 embarcações utilizaram a infraestrutura marítima do Porto Organizado com os seguintes destinos: • Porto Público: 61 navios no berço principal e 959 embarcações de menor porte nos demais berços internos; • Áreas de fundeio: 40 navios de turismo; • Terminal Privado da PETROBRAS: 659 navios-tanque. No caos público, mesmo diante das dificuldades decorrentes da pandemia do coronavírus, foram movimentadas 799.482 toneladas de cargas, o que representou acréscimo de 7,78 % comparado a 2019, quando houve movimentação de 741.749 toneladas de cargas. A taxa de ocupação anual do berço principal foi de 58 % (ou 212 dias). Do total de carga movimentada no caos público, 609.385 toneladas são referentes à importação (desembarque) e 190.017 toneladas referentes à exportação (embarque), com destaque para o início da movimentação de 140.845 toneladas de açúcar ensacado, que se tornou a segunda mercadoria mais movimentada pelo Porto, após a barrilha. A participação dos grupos de cargas movimentadas no Porto de São Sebastião ficou assim definida: • Granéis Sólidos: 97,2%; • Carga Geral: 0,5%; • Animais Vivos: 2,3%. No Terminal Privado da PETROBRAS, operado pela TRANSPETRO, o movimento foi equivalente a 52.142.883 toneladas de petróleo e derivados. O valor total das cargas movimentadas no Porto Público registrou, em 2020, o equivalente a US\$ 81,8 milhões, sendo US\$ 65,2 milhões de cargas desembarcadas e US\$ 16,6 milhões de cargas embarcadas. Esse resultado decorre, mesmo com aumento da movimentação, da mudança do perfil das cargas embarcadas (matérias primas ao invés de produtos que possuem alto valor agregado, veículos, chapas de aço etc.) e do baixo valor das cargas desembarcadas (matérias primas). **Administração Portuária e Infraestrutura:** Em virtude da pandemia do coronavírus e visando manter a operação em sua totalidade, a CDSS adotou e mantém todas as medidas sanitárias, recomendadas pelas autoridades sanitárias, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel em diversos pontos, higienização de banheiros, refeitórios e locais de descanso, distanciamento de mesas e bancos dos refeitórios, medição de temperatura das pessoas no acesso ao Porto e orientações através de quadros de avisos e e-mails. O Porto de São Sebastião ainda não obteve a certificação **ISPS Code (International Ship and Port Facility Security Code)** emitida pela CONPORTOS - Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis uma vez que não foram implantadas todas as medidas de segurança necessárias para tal fim, principalmente em função das restrições orçamentárias dos últimos três anos. Desde 2019 o calado máximo operacional para o principal e único berço de atracação para navios de mais de 80 m de comprimento havia sido reduzido em função de assoreamento no local. A CDSS, apesar das limitações orçamentárias, após longo processo para obter autorizações ambientais e administrativas, realizou procedimento licitatório e contratou, em dezembro de 2020, empresa para realizar a **dragagem**, com intuito de restabelecer a profundidade original de 10 metros no berço principal e de 7 metros nos berços internos, que será concluída até maio de 2021. A Resolução Normativa nº 32 - ANTAQ estabeleceu uma **estrutura tarifária padronizada** que deve ser seguida por todas as Administrações Portuárias. Resoluções posteriores adiaram, em função da pandemia, para 4 de janeiro de 2021 o prazo máximo para que todas as Autoridades Portuárias enviassem suas propostas para migração para o novo modelo. A CDSS entregou a sua proposta e os seus estudos em novembro de 2020, os quais encontram-se em análise na ANTAQ. A previsão é de implantar a nova estrutura a partir do segundo semestre de 2021. Foi assinado em dezembro de 2020 **Contrato de Passagem** (com base no artigo 1285 do Código Civil e

Resolução Normativa nº 07/2016-ANTAQ) com a empresa Olfar S/A Alimento e Energia, de modo a permitir a ocupação de área do Porto para instalação de dutos e equipamentos interligando o Terminal da Olfar, situado fora da Área do Porto Organizado, com as instalações públicas de atracação, visando a movimentação de granéis líquidos vegetais. O prazo de duração do contrato é de 25 (vinte e cinco) anos e a área total ocupada será de aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) m², estando estabelecida a movimentação mínima contratual de 120.000 (cento e vinte mil) toneladas ao ano. O prazo máximo para início da operação é de 24 (vinte e quatro) meses, com receita mensal a partir de abril de 2021 de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) e, a partir da operação, no mínimo R\$30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais). **O Sistema de Controle de Acesso** de pessoas e veículos na área primária do Porto de São Sebastião foi atualizado, com base no Ato Declaratório Executivo COANA/COTEC nº 2, de 26 de setembro 2003 e suas alterações, que especificam os requisitos técnicos, formais e prazos para “*implantação de sistema informatizado de controle aduaneiro domiciliar e de recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro*”. O sistema agiliza o processo de identificação e acesso de pessoas e veículos com o apoio tecnológico aproveitando da melhor forma a infraestrutura do Porto, bem como facilitando a gestão da logística e controle das áreas primárias, no que se refere às operações de carga e descarga, armazenagem e retirada de mercadorias, e movimentação de carga em geral, trazendo confiabilidade e segurança. **Cenário Econômico e Financeiro:** O cenário econômico do Brasil apresenta um quadro de estagnação, mas há setores, como óleo e gás, o agronegócio, a construção civil e a infraestrutura que afetam benéfica e diretamente as operações portuárias que podem despontar em 2021. O ano de 2020 apresentou melhorias principalmente na área do agronegócio, que acabou refletindo no desempenho operacional positivo do setor portuário. As maiores expectativas para as operações no Porto de São Sebastião em 2021 estão fundamentadas no aumento da movimentação de granéis sólidos, na cabotagem e no aquecimento do mercado de óleo & gás. Em 2020, a CDSS obteve uma receita bruta de R\$ 22.719.675,00 que representou um acréscimo de 4,9% em relação aos R\$ 21.199.608,00 de 2019. A receita de 2020 foi 55% superior à de 2017, primeiro exercício após a empresa ter se tornado dependente. Em virtude da Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020, a CDSS ressarciu os Operadores Portuários dos pagamentos por eles efetuados aos Trabalhadores Portuários Avulsos - TPAs que ficaram afastados por idade ou comorbidades em função da pandemia do coronavírus. Para tal fim, foram utilizados R\$ 463.218,34 do faturamento bruto da cobrança da tarifa portuária. A área na qual se encontravam equipamentos e materiais da massa falida da Schahin Engenharia S.A., que teve seu contrato de uso temporário rescindido em julho de 2015, foi retomada pela Companhia em dezembro de 2020 que adotou as medidas cabíveis para preservar seus interesses e receber o que a referida empresa ficou devendo, além do que já consta no Processo nº 1037133-31.2015.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falência e Recuperação Judicial, que ainda está pendente de solução. **Investimentos:** A LOA 2020 contemplou a CDSS apenas com valor simbólico com a finalidade de manter uma rubrica orçamentária para a hipótese de existirem recursos durante o ano. Com a pandemia do coronavírus, não houve possibilidade de aporte de recursos do Estado para o Porto. Somente foram despendidos em investimento R\$ 196.592,00 relativos aos restos a pagar de 2019. **Ampliação do Porto:** O desenvolvimento do Porto de São Sebastião apoia-se em duas frentes: i) na ampliação da infraestrutura de atracação existente, que se materializa, no curto prazo, com investimentos da ordem de R\$ 500 milhões para restabelecer e ampliar as condições de competitividade de São Sebastião no cenário portuário e; ii) na conclusão da duplicação da Rodovia dos Tamolões, que estão em andamento, e das obras do Contorno Sul e de sua interligação direta com o Porto, que devem ser retomadas em 2021. A expansão do Porto de São Sebastião com base na Licença Prévia nº 474/2013 encontra-se suspensa por decisão judicial, nos autos do Processo nº 0000398-59.2014.4.003.6135, a partir de manifestação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual. A CDSS protocolou recurso de apelação em abril de 2019, mas o Tribunal Regional Federal ainda não julgou os recursos das partes, pois o processo ainda permanece na Primeira Instância - Vara de Caraguatatuba. **Gestão Ambiental:** A CDSS vem mantendo seu compromisso de adotar as melhores práticas em gestão ambiental, tanto que se encontra entre os melhores portos conforme o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da ANTAQ em 2020. **A Licença de Operação foi renovada** em 16 de julho de 2020, sendo expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a de nº 1580/2020, em atendimento à Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e Resolução CONAMA nº 01/86 e suas alterações, com prazo de validade de 8 (oito) anos. A Autorização para Realização da Dragagem, encontra-se em tratativas com o Ibama. Apesar das restrições orçamentárias, foram aplicados os recursos necessários para atender o monitoramento ambiental e às condicionantes estabelecidas na vigência da Licença anterior. As ações de capacitação dos recursos humanos da Companhia, bem como as simulações de atuação em situações de emergências na área portuária, foram executadas parcialmente em decorrência da pandemia. De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes do Plano de Emergência Individual- PEI e do Plano de Ação de Emergências - PAE foram mantidas pelo CEATE - Centro de Atendimento a Emergências Ambientais na área do Porto, por meio de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar. O Porto de São Sebastião está certificado com a norma NBR ISO 14.001/2015, desde 2018, com validade até março de 2021. A adesão à certificação ISO 14.001 é voluntária e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas. O Porto de São Sebastião conta com o Plano de Área, o primeiro aprovado pelo IBAMA e pela CETESB para um Porto Organizado do País. Anualmente, são realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião). Em janeiro de 2020 foi realizada oficina de capacitação para monitores ambientais para o “Projeto Verão no Clima” do Governo do Estado de São Paulo, com a participação da comunidade do entorno do Porto de São Sebastião. A Auditoria Ambiental externa é bienal, conforme determinado pela Resolução CONAMA nº 306/2002, tendo sido realizada em setembro de 2020, com intuito de atender à condicionante da Licença de Operação. A CDSS com o compromisso de ser transparente em relação à gestão ambiental desenvolveu um sistema de *web* mapas, ferramenta georreferenciada interativa para acessar as informações, dados, resultados e imagens do monitoramento ambiental realizado pelo Porto de São Sebastião (<http://portoss.sp.gov.br/home/meio-ambiente/web-mapas/>). **Gestão de Recursos Humanos:** O Quadro de Pessoal da Companhia foi aprovado em 02 de junho de 2010, compreendendo 98 (noventa e oito) posições, sendo 13 (treze) cargos de livre provimento e 85 (oitenta e cinco) cargos permanentes. Em 12 de fevereiro de 2014, com base na manifestação jurídica favorável

da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi aprovado o novo Quadro de Pessoal, fixado em 152 (cento e cinquenta e duas) posições, sendo 13 (treze) de livre provimento e 139 (cento e trinta e nove) de cargos permanentes, de forma a incluir 54 (cinquenta e quatro) funcionários (cedidos) do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), por sucessão trabalhista, a serem extintos na vacância. No entanto, o quadro atual (89 cargos ocupados) é insuficiente para atendimento às demandas portuárias, em especial àquelas relativas à Guarda Portuária e às Operações Portuárias, além do atendimento às leis trabalhistas, como intervalo entre jornadas e horas extras habituais. Neste contexto, destacam-se as discrepâncias ocorridas após a sucessão trabalhista, como as relacionadas aos casos de funções semelhantes e salários significativamente diferentes, ou aqueles acerca de cargos de origem que foram extintos. A situação descrita requer ações para a mitigação de litígios trabalhistas. Nesse sentido, como plano de ação no que se refere à gestão de pessoas, seria necessário implantar um Plano de Demissão Voluntária, seguida de uma reestruturação do Quadro de Empregados da Companhia, implantação de um Plano de Empregos e Salários, e por fim, um novo Concurso Público, para admissão de novos empregados e controle do cenário apresentado acima. Abaixo, quadro de empregados da Companhia Docas de São Sebastião em 31/12/2020.

Quadro de Empregados				
	Posições	Total	Ocupados	Vagos
Permanentes	Concursados - CLT ¹	85	25	60
Sucessão Trabalhista	Cedidos - Sucessão ^{2 3 4}	42	40	2
	Sucessão - Aposentadoria por Invalidez ⁵	3	2	1
	Reintegração ^{6 7}	9	8	1
Livre Provimento		13	10	3
Reintegrados após Parecer CODEC nº 013/2014, de 12/02/2014 ⁸		-	4	-
Total		152	89	67

¹ 3 (três) empregados do quadro permanente solicitaram desligamento em 2020, sendo 1 auditor, 1 agente de segurança portuária e 1 balaceiro.

² 1 (um) empregado desligado em 12/05/17 (Motorista), sendo este cargo extinto na vacância.

³ 1 (um) empregado aposentado por invalidez em 01/07/18 (Operador de Empilhadeira - após Parecer CODEC nº 013/2014).

⁴ 1 (uma) rescisão por falecimento, em 28/10/20 (Ajudante Mecânico), sendo este cargo extinto na vacância.

⁵ 1 (uma) rescisão por falecimento, em 29/09/20 (Guarda Portuário), sendo este cargo extinto na vacância.

⁶ 1 (uma) rescisão por falecimento, em 08/10/2016 (Operador de Empilhadeira), sendo este cargo extinto na vacância.

⁷ 1 Guarda Portuário com equiparação salarial (R\$ 3.515,16) a partir de maio/20 (processo nº 0011316-66.2018.5.15.0121).

⁸ 1 (um) Operador de Empilhadeira, reintegrado em 03/02/14 (processo nº 0031200-72.2004.5.15.0121); 1 (um) Guarda Portuário, reintegrado em 10/03/14 (processo nº 0037100-36.2004.5.15.0121); 1 (um) Operador de Empilhadeira, reintegrado em 26/01/17 (processo nº 0057800-33.2004.5.15.0121); 1 (um) Guarda Portuário reintegrado em 20/02/17 (processo nº 0037500-50.2004.5.15.0121).

Governança Corporativa, Transparência e Compliance: Em atendimento a Lei Federal nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, Estados e Municípios, a CDSS já se adequou às regras e condutas obrigatórias de acordo com referida norma. Como exemplo, o Código de Conduta, aprovado na Centésima Vigésima Quarta (124ª) Reunião do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, de 24 de julho de 2017, estabelece os princípios, deveres e vedações dos colaboradores, inclusive disponibiliza um canal de denúncias aos colaboradores, fornecedores, clientes e usuários em casos onde houver suspeita de fraude, corrupção, ou qualquer tipo de irregularidades que infrinjam as normas e regulamentos da empresa ou quaisquer espécies de leis. Em um processo de melhoria contínua as normas e regimentos internos da empresa, são constantemente revisados e alterados, quando necessário. **Atendimento ao Cidadão e Transparência:** Em atendimento às normas estaduais e à Lei de Acesso à Informação (LAI), instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, a CDSS disponibiliza os canais de comunicação “Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)”, “Ouvidoria” e “Canal de Denúncia” acessíveis pelo *site* do Porto de São Sebastião www.portoss.sp.gov.br, não existindo pendências para serem atendidas. No ano de 2020 foram realizados 15 atendimentos: • Serviço de Informações ao Cidadão (SIC): 11 atendimentos, sendo que 10 foram atendidas e 1 foi atendida parcialmente por ausência de competência por parte da Companhia Docas. • Ouvidoria: 1 atendimento, que por não ser da competência da Companhia Docas de São Sebastião, foram respondidas, orientando o encaminhamento ao órgão competente. • Canal de Denúncia: 3 manifestações, com os devidos encaminhamentos. Também estão disponíveis no *site*, as informações institucionais, tarifas, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas. **Avaliação de Administradores:** Conforme Deliberação Codec nº 04/2019, de 29/11/2019, que estabeleceu as diretrizes para avaliação dos administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo, a condução do processo de avaliação dos Conselheiros de Administração e Diretores da Companhia Docas de São Sebastião foi realizada pela Gerência de Relações Corporativas. A conformidade do processo de avaliação dos administradores do exercício de 2020 foi verificada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, o qual deliberou pela conformidade, registrada em ata de reunião de 05 de março de 2021, a qual foi encaminhada CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), à Secretaria de Logística e Transportes e à Secretaria de Governo. **Considerações Finais:** O Porto de São Sebastião é um porto estratégico para o Estado de São Paulo e a Companhia Docas de São Sebastião vem administrando, dentro de suas limitações estruturais e restrições orçamentárias, seu papel de elo na cadeia logística, buscando sempre a eficiência por meio da adequação e ampliação de sua infraestrutura, modernização dos equipamentos, seja por parte da Companhia ou dos Operadores Portuários pré-qualificados, e uma força de trabalho com qualificação adequada. Possui condições naturais privilegiadas de abrigo, profundidade, largura e comprimento de seu canal de acesso. Está inserido no Estado de maior representatividade econômica da federação, podendo, com a ampliação da infraestrutura de atracação, contribuir significativamente para resultados mais satisfatórios da economia e da logística do Estado de São Paulo e do País.

São Sebastião/SP, 12 de março de 2021
Paulo Tsutomu Oda - Diretor-Presidente
Cezar Aurelio Trombelli - Diretor Administrativo Financeiro
Alfredo Mariano Bricks - Diretor de Gestão Portuária

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e 2019			
Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante			
Caixa e Bancos	4	2.596	450
Aplicações Financeiras	4	9.266.314	3.505.855
Clientes	5	3.278.666	3.489.898
(-) Provisão de Perda para Crédito Liquidação Duvidosa	5	(3.260.874)	(1.598.983)
Tributos a Recuperar	6	2.274.884	1.846.350
Despesas Antecipadas		26.842	15.776
Almoxarifado		131.924	81.914
Deposito Judicial		1.032.178	1.137.515
Adiantamentos		5.823	17.599
		12.758.353	8.496.374
Não Circulante			
Realizavel a Longo Prazo			
Imobilizavel	7	204.332.796	215.553.859
Intangível	8	30.972.995	33.359.836
		235.305.791	248.913.695
Total do Ativo		248.064.144	257.410.069

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e 2019			
Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante			
Convênio	10	1.633.363	930.000
Fornecedores	11	398.401	694.052
Juros sobre Capital Proprio		106	106
Contas a Pagar		1.002	1.002
Tributos a Recolher	12	245.831	334.330
Empargos Sociais Recolher	13	618.452	594.983
Provisões de Férias a Pagar	14	1.187.930	1.040.289
Adiantamento de Clientes	15	248.792	105.841
Salários a Pagar	16	1.879.754	381
		6.213.631	3.700.984
Não Circulante			
Convênio	10	1.890.283	3.050.283
Provisão para Contingências	17	12.638.038	7.780.470
		14.528.320	10.830.753
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	17.748.161	17.748.161
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18	286.625.432	286.428.840
Prejuízos Acumulados		(77.051.400)	(61.298.669)
		227.322.193	242.878.332
Total do Passivo		248.064.144	257.410.069

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro 2020 e 2019			
Receita de Vendas	Nota	2020	2019
Receitas de Serviços Prestados	19	22.719.675	21.199.608
Deduções da Receita Bruta			
(-) Impostos e Contribuições sobre Serviços Prestados		(3.634.598)	(3.020.947)
Receita Operacional		19.085.077	18.178.661
Outras Receitas			
Receita de Subvenção Econômica	19	10.185.232	10.575.519
Outras Receitas	19	352.872	15.059.263
Receita Líquida		29.623.181	43.813.442
Custo de Serviços Prestados			
Custos Operacionais	20	(18.145.791)	(17.354.055)
Lucro Bruto		11.477.390	26.459.387
Despesas Operacionais		(26.864.183)	(18.382.487)
Despesas Administrativas	20	(26.643.285)	(18.510.951)
Despesas/Receitas Financeiras	21	(220.898)	128.464
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e CSLL		(15.386.793)	8.076.900
Corrente		-	-
Diferido		-	-
Tributos IRPJ e CSLL sobre Lucro (15% + 9%)		-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(15.386.793)	8.076.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro 2020 e 2019

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízo Acumulado	Total (Em Reais)
Saldos em 31/12/2015	17.748.161	268.811.733	(13.892.945)	272.666.949
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	10.026.251	-	10.026.251
Prejuízo do Exercício	-	-	(11.908.755)	(11.908.755)
Saldos em 31/12/2016	17.748.161	278.837.984	(25.801.700)	270.784.445
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	(17.613.692)	(17.613.692)
Prejuízo do Exercício	-	-	(43.415.392)	(43.415.392)
Saldos em 31/12/2017	17.748.161	278.837.984	(43.415.392)	253.170.753
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	5.570.408	-	5.570.408
Prejuízo do Exercício	-	-	(25.960.177)	(25.960.177)
Saldos em 31/12/2018	17.748.161	284.408.392	(69.375.569)	232.780.984
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	2.020.448	-	2.020.448
Lucro do Exercício	-	-	8.076.900	8.076.900
Saldos em 31/12/2019	17.748.161	286.428.840	(61.298.669)	242.878.332
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	196.592	-	196.592
Prejuízo do Exercício	-	-	(15.386.793)	(15.386.793)
Prejuízo Acumulado	-	-	(365.938)	(365.938)
Saldos em 31/12/2020	17.748.161	286.625.432	(77.051.400)	227.322.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2020

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, realizada em 3 de setembro de 2007 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 6 de setembro de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições previstas no artigo 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista. Em 14 de agosto de 2019, com a edição do Decreto da Federal nº 9.972, o Porto Organizado de São Sebastião foi qualificado no âmbito do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de desestatização. Em 2020 foi celebrado entre BNDES e o Ministério da Infraestrutura contrato para realização de estudos sobre o processo de Desestatização do Porto de São Sebastião. A Companhia Docas de São Sebastião, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não está contemplada nesses estudos. A Companhia Docas de São Sebastião, tem expectativa de continuar com suas atividades operacionais para o exercício de 2021.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja conclusão ocorreu em 12 de março de 2021. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Tais pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Base das Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram observadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Apuração do Resultado:** As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **3.2. Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas (Nota nº 4). **3.3. Ajuste a Valor Presente de Ativos:** Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por tal razão não foram registrados. **3.4. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados em: (i) ativos financeiros a valor justo por meio de resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial. • **Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, ou derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **3.5. Partes Relacionadas (Convênio DERSA):** No curso normal de suas operações, a Companhia contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de contratos de englobamento Rodoviário S.A. - DERSA, empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante, sendo que a dívida foi ajustada a valor presente. **3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social. **3.7. Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido em conta de resultado. **3.8. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. **3.9. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens (Nota nº 7). **3.10. Intangível:** As licenças de softwares de computadores e de sistemas de gestão são demonstradas ao custo de aquisição e tem a sua amortização iniciada quando disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar de forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reffete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da companhia ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro (Nota nº 8). **3.11. Provisão para Recuperação de Ativos - Impairment:** Tendo como objetivo definir procedimentos que visam assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, são eles revisados para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, caso existam evidências claras, a empresa reconhecerá a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Considerando os ativos apresentados no Balanço Patrimonial do ano de 2018, foram realizados levantamentos para a determinação apenas de parâmetros referentes aos valores líquidos de uso e não por venda. Isso porque as atividades da Companhia Docas de São Sebastião são realizadas por delegação, e todos os seus bens devem ser revertidos à União, conforme § 4º da cláusula sexta do Convênio de Delegação supra mencionado. Cumpre informar que para os próximos anos, nenhum ativo ficará desativado ou baixado dos controles da empresa, bem como não serão realizadas aquisi-

ções para substituição dos bens atuais, não resultando em baixa a esse título. Valor de uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

3.12. Receita de Serviços Operativos e Cessão de Uso Onerosa: 3.12.1. Serviços: As receitas de prestação de serviços com utilização da Infraestrutura do Acesso Aquaviário; utilização das Instalações de Acostagem; utilização da Infraestrutura Terrestre; utilização das Instalações de Armazenagem são reconhecidas quando existe evidência confiável de que: i) os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) seja provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. **3.12.2. Cessão de Uso Onerosa:** As receitas estão reconhecidas com base no regime de competência, atualizadas quando aplicável e contratualmente exigido. **3.13. Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuadas tendo como base os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que a perda for avaliada como provável - o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações - e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os classificados como perdas remotas não são provisionados, tampouco divulgados nas demonstrações financeiras. **3.14. Salários ou Encargos:** Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **3.15. Gastos Ambientais:** Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como Ativo Intangível do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para mitigar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão de riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia. **3.16. Impostos sobre Receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Imposto sobre Serviço (ISS), pelo regime de competência. **3.17. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos (Nota nº 21).

	2020	2019
4. Caixa e Equivalente de Caixa	2020	2019
Caixa Geral	960	450
Bancos Conta Movimento	1.636	-
	2.596	450
Aplicação Financeira	9.174.393	3.505.854
Tesouro do Estado	91.921	1
	9.266.314	3.505.855
	9.268.910	3.506.305

5. Clientes: Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte e líquidos de provisão para perda. Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber, pois as operações têm seu vencimento em 10 (dez) dias, não havendo, assim, efeito relevante para sua evidencição.

	2020	2019
Clientes	3.278.666	3.489.898
(-) Provisão de perda para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(3.260.874)	(1.598.983)
	17.792	1.890.915

7. Imobilizado em Milhares de Reais	Benfeitorias Propriedades de Terceiros			Móveis e Utensílios		Veículos	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Hardware	Obras Terraplanagem	Total
	Dragagem Corretiva	4% a.a	4% a.a	10% a.a	10% a.a						
Taxas Anuais de Depreciação	4% a.a	4% a.a	10% a.a	20% a.a	10% a.a	10% a.a	20% a.a	10% a.a	20% a.a	4% a.a	
Custo											
Em 31 de Dezembro de 2019	5.786.693	3.561.296	1.379.028	583.600	12.723.287	5.432.649	2.375.858	228.670.021	260.512.432		
Em 01 de Janeiro de 2020	5.786.693	3.561.296	1.379.028	583.600	12.723.287	5.432.649	2.375.858	228.670.021	260.512.432		
Adições	-	-	-	-	155.660	30.910	-	-	186.570		
Em 31 de Dezembro de 2020	5.786.693	3.561.296	1.379.028	583.600	12.870.947	5.463.559	2.375.858	228.670.021	260.699.002		
Depreciação Acumulada											
Em 31 de Dezembro de 2019	1.288.352	712.258	878.120	450.117	4.310.271	2.093.724	1.400.922	33.824.809	44.958.573		
Em 01 de Janeiro de 2020	1.288.352	712.258	878.120	450.117	4.310.271	2.093.724	1.400.922	33.824.809	44.958.573		
Depreciação	231.467	142.452	90.780	-	1.229.563	493.366	86.619	9.133.386	11.407.633		
Em 31 de Dezembro de 2020	1.519.819	854.710	968.900	450.117	5.539.834	2.587.090	1.487.541	42.958.195	56.366.206		
Valor contábil líquido											
Em 31 de Dezembro de 2019	4.498.341	2.849.038	500.908	133.483	8.413.016	3.338.925	974.936	184.845.212	215.553.759		
Em 31 de Dezembro de 2020	4.266.874	2.706.586	410.128	133.483	7.339.113	2.876.469	888.317	195.711.826	204.332.896		

8. Intangível

Em Milhares de Reais	Licenças de Uso		Licenças Ambientais	Total
	(Software)	- L.O		
Taxas Anuais de Depreciação	5,41% a.a	4% a.a	-	
Custo				
Em 31 de Dezembro de 2019	18.706.537	31.351.341	50.057.878	
Em 01 de Janeiro de 2020	18.706.537	31.351.341	50.057.878	
Adições	-	-	-	
Em 31 de Dezembro de 2020	18.706.537	31.351.341	50.057.878	
Amortização Acumulada				
Em 31 de Dezembro de 2019	7.430.868	9.267.174	16.698.042	
Em 01 de Janeiro de 2020	7.430.868	9.267.174	16.698.042	
Amortização	1.154.613	1.232.228	2.386.841	
Em 31 de Dezembro de 2020	8.585.481	10.499.402	19.084.883	
Valor contábil líquido				
Em 31 de Dezembro de 2019	11.275.669	22.084.167	33.359.836	
Em 31 de Dezembro de 2020	10.121.056	20.851.939	30.972.995	

9. Imóveis de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião: Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia - objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída, conforme Portaria ANTAQ nº 209, de 19 de outubro de 2007, foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R\$ 42.489.042,00 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e quarenta e dois reais). **10. Convênio DERSA:** O acordo assumiu a gestão da Administração do Porto de São Sebastião em 2008, a Companhia Docas de São Sebastião - CDSS, criada com este propósito específico pelo Decreto Estadual 52.102/2007, sucedeu a Desenvolvimento Rodoviário S.A (DERSA) que deixou no Porto seus empregados, mantendo-se como empregadora e pagando os salários e benefícios até 31 de março de 2014 quando estes mesmos empregados foram transferidos formalmente para a CDSS. Considerando que tais empregados estiveram a serviço da CDSS desde 2008, porém, mantidos financeiramente pela DERSA, que foi parcialmente reembolsada pela novo representante do Delegatário, a diferença não reembolsada determinada a assinatura em 2016 de um TERMO DE COMPROMISSO E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

	2020	2019
Atividades Operacionais	2020	2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	(15.386.793)	8.076.900
Lucro (Prejuízo) Exercício anterior	(365.938)	-
(+) Depreciações e amortizações	13.794.475	13.792.376
(+) Despesas de Juros de Longo Prazo	-	-
(+) Provisão para Contingência	4.421.999	-
(+) Provisão para Riscos Legais	162.000	-
(+) Provisão para Riscos Cíveis	360.568	-
(+) Reversão de Ajustes AVP	-	-
(+) Reversão de Contingência	-	(14.684.842)
(-) Créditos Fiscais Diferidos	-	-
	2.986.311	7.184.434
(Aumento) Redução em Contas a Receber	211.232	(466.519)
(Aumento) Redução em Provisão de Perda para Crédito Liquidação Duvidosa	1.661.891	-
(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	(428.534)	(384.622)
(Aumento) Redução em Adiantamentos	11.776	5.163
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(11.066)	(4.875)
(Aumento) Redução em Depósito Judicial	105.337	(87.761)
(Aumento) Redução em Almoxarifado	(50.010)	(1.986)
(Aumento) Redução em Realizável a Longo Prazo	-	-
Aumento (Redução) em Convênio Dersa (Circulante)	703.363	380.000
Aumento (Redução) em Fornecedores	(295.651)	(49.190)
Aumento (Redução) em		
Impostos e Contribuições a Recolher	(88.499)	26.714
Aumento (Redução) em Encargos Sociais a Recolher	23.469	43.071
Aumento (Redução) em Férias a Pagar	147.641	30.256
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	-	1.002
Aumento (Redução) em Adiantamento de Clientes	142.951	(41.277)
Aumento (Redução) em Salários a Pagar	1.879.373	(154)
Aumento (Redução) em Provisão para Contingência	(86.999)	(2.076.637)
Aumento (Redução) em Crédito de Clientes	-	-
	3.926.272	(2.626.815)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	6.912.583	4.557.619
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(186.570)	(2.548.841)
Aquisição de Intangível	-	(1.111.192)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(186.570)	(3.660.033)
Atividades de Financiamento		
Aumento (Redução) em Convênio Dersa	(1.160.000)	(930.000)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	196.592	2.020.448
Capital Social Aumento	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(963.408)	1.090.448
Aumento (Redução) Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes	5.762.605	1.988.034
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Início do Exercício	3.506.305	1.518.271
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Final do Exercício	<u>9.268.910</u>	<u>3.506.305</u>
Aumento Líquido de Caixa	5.762.605	1.988.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado Abrangente em 31 de Dezembro 2020 e 2019

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(15.386.793)	8.076.900
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(15.386.793)	8.076.900
Resultado abrangente total, atribuído a:		
Participação dos Acionistas Controladores	(15.386.793)	8.076.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Foi constituída a Provisão Para Devedores Duvidosos devido à expectativa de recebimento ser improvável. As perdas estimadas tiveram aumento em 2020 em virtude da inclusão dos valores em aberto com Schahin Engenharia e SLB Ltda. Tal procedimento contábil foi tomado seguindo as orientações contidas na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - (NBC-TG 48) ou CPC - 48 que trata dos instrumentos financeiros.

	2020	Adições	2019
Schahin Engenharia	2.253.1		

de 26 de dezembro de 1977, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

	2020	2019
13º Salário	-	-
INSS sobre Folha	296.450	286.213
FGTS sobre Folha	93.102	91.605
IRRF sobre Folha	226.768	215.266
Contribuição Sindical	2.132	1.899
Outros	-	-
	618.452	594.983

	2020	2019
14. Provisões de Férias a Pagar		
Provisões de Férias	858.305	752.437
Provisões de Encargos sobre Férias	329.625	287.852
	1.187.930	1.040.289

	2020	2019
15. Adiantamento de Clientes		
Adiantamento Cliente	92.867	57.758
Garantias	-	-
Concorrência	155.925	48.083
	248.792	105.841

16. Salário a Pagar: A Companhia Docas de São Sebastião informa que se encontra, sob judge, o julgamento dos pleitos dos dissídios referentes aos anos: Data Base Maio/2018 e Data Base Maio/2019. Trata-se de 2 (dois) dissídios repesados, no montante equivalente a R\$ 1.839.031 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil e trinta e um reais). Tal valor foi devidamente corrigido pelo índice INPC do IBGE.

	2020	2019
Rescisões a Pagar	108	108
Pensão Alimentícia	-	273
Empréstimo Consignado	40.615	-
Dissídio Coletivo	1.839.031	-
	1.879.754	381

17. Provisão para Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, a título de sucessora da atividade econômica da DERSA, no gerenciamento do Porto de São Sebastião. O DERSA atuou como operador do Porto de São Sebastião até o final do ano de 2007. Em sua gestão, passou a reestruturar as atividades portuárias, restringindo a ações mais gerenciais, quando então a movimentação de carga passou a ser realizada por operadores portuários previamente cadastrados. Nesse sentido, nos anos de 2003 e 2004, realizou dispensas imotivadas de empregados que estavam vinculados ao Porto de São Sebastião. Tais ex-empregados ingressaram na Justiça Trabalhista e, em sua maioria, adquiriram o direito de reintegração aos seus antigos postos de trabalho. As decisões judiciais somente ocorreram em 2010 e 2011, quando a Companhia Docas já detinha o gerenciamento do Porto e passou a ter que cumprir com as determinações, a título de sucessora da atividade econômica da empresa (gerenciamento do Porto de São Sebastião). Com a nulidade das dispensas declaradas nas decisões judiciais, o período de 6 a 7 anos em que os ex-empregados estiveram afastados, foi reconhecido como devido a título de salários. Cumpre ressaltar que grande parte do valor contingenciado à título de demandas trabalhistas, trata-se de único processo, que corre na Vara do Trabalho de São Sebastião, cadastrado pelo número 0069100-89.2004.0121, em que se encontram no polo ativo 25 (vinte e cinco) reclamantes. O objeto desta ação refere-se a pedido de adicional de risco, sendo que a Companhia Docas de São Sebastião foi incluída no polo passivo já na fase da execução do processo. Conforme relatório da Assessoria Jurídica da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2019, o valor do processo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 15.797.931 (quinze milhões setecentos e noventa e sete mil novecentos e trinta e um reais) e passou a ser de R\$ 2.183.089,00 (dois milhões, cento e oitenta e três mil e oitenta e nove reais). A expressiva redução deu-se em virtude da impugnação aos cálculos apresentados pelos reclamantes no processo 0069100-89.2004.5.15.0121 da 1ª VT/São Sebastião. Diante das incongruências verificadas nos referidos cálculos, o MM. Juízo determinou a realização de perícia contábil e homologou o laudo contábil, sendo de responsabilidade da Companhia Docas o montante de R\$ 2.183.089,00 (dois milhões, cento e oitenta e três mil e oitenta e nove reais). Portanto, a redução foi de

R\$ 13.614.842,00 (treze milhões, seiscentos e quatorze mil, oitocentos e quinze reais e dois reais). A Companhia está, ainda, envolvida em outros processos de natureza trabalhista, cujo valor totaliza R\$ 3.116.506,77 (três milhões cento e dezesseis mil, quinhentos e seis reais e setenta e sete centavos) que, por apresentarem probabilidade de perda possível, não tem provisão constituída, na opinião de seus assessores jurídicos. Em 24 de abril de 2018 a companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, através do Auto de Infração nº 9144578, no montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por deixar de atender a 10 (dez) condicionantes estabelecidas na licença de operação 908/2010, conforme pareceres técnicos nº 1697865 e 1698056. Em 31 de janeiro de 2019 a companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, através do Auto de Infração nº 9141958, no montante de R\$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais) por deixar de atender a condicionantes nº 1.4 estabelecidas na licença ambiental - LO 908/2010, conforme pareceres técnicos nº 5/2018. Em 19 de outubro de 2020 a companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, através do Auto de Infração nº XROWWYVJ, no montante de R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais) por deixar de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental, conforme pareceres técnicos nº 7/2020. Em 07 de dezembro de 2020 a companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, através do Auto de Infração nº IN01DVVP, no montante de R\$ 81.00,00 (oitenta e um mil reais) por deixar de atender exigências legais ou regulamentares, conforme pareceres técnicos nº 7/2020. Conforme relatório da Assessoria Jurídica da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2020, referente aos Processos Cíveis em curso, nota-se uma ação de regresso movida pelo OGMO em face das Rés, em virtude de ação trabalhista julgada procedente, deferindo indenização ao espólio do reclamante, em virtude de falecimento, decorrente de acidente de trabalho. A Referida indenização foi paga integralmente pelo OGMO que agora cobra da Dersa, Companhia Docas e Frette Cargo Intermodal. Atualmente o presente processo está em fase de cumprimento de sentença e que após impugnação do laudo contábil e retificação da conta apresentada pela perita do Juízo, as partes manifestaram sua concordância com o valor apresentado, sendo de responsabilidade solidária entre Companhia Docas e Dersa, o importe de R\$ 359.564,67 (trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos). Homologados os cálculos de liquidação, as Executadas Companhia Docas e Dersa apresentaram impugnação quanto à forma de pagamento da condenação, requerendo a aplicação do regime de precatórios. Contudo, o requerimento de ambas foi negado pelo Juízo, sendo submetido a análise do Tribunal de Justiça de São Paulo, que manteve a decisão da vara de origem nesse aspecto. A Companhia está, ainda, envolvida em outros processos de natureza cível, cujo valor totaliza R\$ 1.003,00 (um mil e três reais).

	2020	Adição	Pagamentos	Baixas	2019
Riscos Legais	862.000	162.000	-	-	700.000
Riscos					
Trabalhistas	11.415.470	4.335.000	-	-	7.080.470
Riscos Cíveis	360.568	360.568	-	-	-
	12.638.038	4.857.568			7.780.470

18. Capital Social: A Companhia possui Capital Autorizado da ordem de R\$ 278.838.000 (duzentos e setenta e oito milhões e oitocentos e trinta e oito mil reais), representado por ações ordinárias nominativas, cujo valor é de R\$ 17.748.161 (dezesseis milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e sessenta e um reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R\$ 286.625.432 (duzentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", composto conforme demonstrado abaixo:

Ano	R\$
2009	1.100.000
2010	5.000.000
2011	6.688.162
2012	26.976.384
2013	109.356.821
2014	93.573.384
2015	26.116.982
2016	10.026.251
2017	-
2018	5.570.408
2019	2.020.448
2020	196.592
Total	286.625.432

Parecer do Conselho Fiscal

Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e demais documentos referentes ao término do citado exercício, deliberaram que as referidas propostas reúnem condições de serem

Parecer do Conselho de Administração

nanceiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e demais documentos referentes ao término do citado exercício. Entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e contábil da Companhia, opinam pela sua conformidade

A Deliberação CODEC 1/91 de 12 de setembro de 1991, estabeleceu no inciso V - Artigo 14, que as empresas em que o Estado participa, direta ou indiretamente como acionista majoritário, e que tenham em seus Estatutos Sociais especificação para autorização de aumento do limite do Capital Social autorizado, como também, do seu respectivo aumento, a ser deliberado pelo Conselho de Administração (inciso II do artigo 166 da Lei nº 6.404/76), somente poderão realizar o aumento e autorizar as respectivas emissões de ações, após pronunciamento do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. Por força da já citada Deliberação CODEC nº 1/91, a matéria deverá ser objeto de parecer preliminar daquele Colegiado, para posterior e oportuna deliberação do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião.

19. Receita: Em 2020 obtivemos uma receita de prestação de serviços bruta de R\$ 22.719.675 milhões, resultando acréscimo de 7% em relação a 2019 R\$ 21.199.608 milhões.

Tabelas	2020	2019
I	8.020.193	7.112.831
II	2.472.432	2.317.638
III	6.199.007	5.529.910
IV	5.994.188	6.167.594
V	33.855	71.635
Totais	22.719.675	21.199.608
Cargas	2020	2019
granéis sólidos	633.403,620	714.771,198
siderúrgicos	-	-
carga geral/sacas	144.006,660	-
contêineres	-	-
animais/ração	18.189,690	17.187,194
cargas projeto	40,000	58,500
apoio portuário	3.941,737	9.732,549
Totais	799.481,707	741.749,441

A Companhia passou a integrar o Orçamento Fiscal do Estado a partir de 2016, na condição de empresa dependente, com a edição da Lei nº 16.334 de 09 de dezembro de 2016, que autorizou a abertura de crédito especial. Para o exercício de 2020, a lei orçamentária do Estado (Lei nº 16.923 de 07 de janeiro de 2019) alocou recursos do Tesouro para as despesas com pessoal/encargos e Custeio da Companhia.

	2020	2019
Receita de Subvenção Econômica F1	10.185.232	10.575.519
Recuperação de Despesas	352.872	374.420
Reversão de Contingência	-	14.684,842
	10.538.104	25.634.781

20. Despesas Administrativas e Custos Operacionais: Os gastos da Companhia no decorrer do ano estão evidenciados conforme quadro abaixo:

	2020	2019	2020	2019
Despesas Administrativas	7.799.661	6.061.397	9.902.067	9.459.719
Custos Operacionais	374.768	474.503	1.019.781	972.057
Serviços de Terceiros	2.223.512	2.422.265	2.194.620	2.220.282
Depreciações/Amortizações	9.399.190	9.406.433	4.252.619	4.242.970
Despesas com Ocupação	201.408	124.280	50.352	31.070
Cessão de Pessoal	38.289	22.073	344.603	198.655
Taxas e Contribuições	-	-	381.749	229.240
Diversos	-	-	-	-
Provisão para Contingências	6.606.457	-	-	-
Imposto Diferido	-	-	-	-
	26.643.285	18.510.951	18.145.791	17.354.055

21. Resultado Financeiro: As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos. O Resultado Financeiro da Companhia é evidenciado conforme quadro abaixo:

	2020	2019
Receitas Financeiras	251.577	211.842
Despesas Financeiras	(472.475)	(83.378)
Resultado Financeiro	220.898	128.464

22. Cobertura de Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitá-los, buscando coberturas compatíveis com seu porte e operação no mercado. Para tanto a Companhia possui duas apólices de seguros, quais sejam: • Seguro contra incêndio, raio, explosão / implosão, danos elétricos, roubo / furto qualificado, vendaval, contratado com a seguradora SOMPO Seguros - Vigência 16/09/2020 a 16/09/2021. • Seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), contratada com a seguradora Travelers - Vigência 04/11/2020 a 04/11/2021.

São Sebastião/SP, 12 de março de 2021

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Docas de São Sebastião, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da

Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e demais documentos referentes ao término do citado exercício, deliberaram que as referidas propostas reúnem condições de serem

submetidas à aprovação de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Sebastião, 17 de março de 2021

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Fi-

nanceiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e demais documentos referentes ao término do citado exercício. Entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e contábil da Companhia, opinam pela sua conformidade

e deliberaram que sejam submetidos aos acionistas para aprovação na Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade, de acordo com o que estabelece o artigo 14, inciso XXII, do Estatuto Social da Empresa.

São Sebastião, 17 de março de 2021

Diretoria

Paulo Tsutomu Oda - Diretor-Presidente
Cezar Aurelio Trombelli
Diretor Administrativo Financeiro
Bruno Tadim Leite - Contador - CT 1SP-335628/O-0

Conselho Fiscal

Jose Benedito Priori - Conselheiro
Israel Alexandre de Souza - Conselheiro
Katheleen Regina da Silva Dardis de Camargo - Conselheiro
Vitor Danilo Miranda de Castro - Conselheiro

Conselho de Administração

Zulaie Cobra Ribeiro - Presidente do Conselho
Paulo Tsutomu Oda - Conselheiro
Delson José Amador - Conselheiro
José Geraldo Siqueira Vantine - Conselheiro
Aginaldo Rodrigues da Silva - Conselheiro
Carlos Umberto Gonçalves de Lima - Conselheiro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À DD. Diretoria da Companhia Docas de São Sebastião - CDSS. São Sebastião - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas de São Sebastião - CDSS, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião - CDSS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: 1) Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos:** Conforme citado na Nota Explicativa 3.9 e 7, os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzida da subsequente depreciação. Todavia a empresa não procedeu aos testes de recuperabilidade dos Ativos Imobilizados, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame. **2) Estudo para Reavaliação de Vida Útil:** Em conexão com o item anterior, a Companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil de parte dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciação, conforme estabelecido através da NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Docas de São Sebastião - CDSS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 15.387 mil durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2020. Cabe destacar que, no final do exercício de 2016, a Companhia tornou-se dependente do Governo do Estado de São Paulo e sua operação continua devido aos

aportes realizados pelo Estado conforme Nota Explicativa 19. Esses eventos indicam que na permanência das atuais circunstâncias haverá a necessidade de manutenção de subvenção para continuidade operacional da Companhia Docas de São Sebastião - CDSS. Os detalhes sobre as operações da companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, encontram-se no Relatório de Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Desestatização do Porto de São Sebastião:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1, que relata que o Porto Organizado de São Sebastião em 2019 foi incluído no PPI - Programa de Parcerias de Investimentos do governo federal conforme Decreto Federal nº 9.972. No decorrer do exercício de 2020, o BNDES realizou a contratação de consórcio para efetuar estudos para a desestatização do Porto, a CDSS, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não foi contemplada no referido estudo. Desta forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base na suposição de que a Companhia está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com o Relatório das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, não temos a obrigação de comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando do aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia Docas de São Sebastião - CDSS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. **Outros Assuntos:** As demonstrações contábeis da Companhia Docas de São Sebastião - CDSS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 19 de março de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. São Paulo, 15 de março de 2021.

GML Auditoria e Consultoria Contábil - EIRELI - CRC 2SP036536/O-0
Dennis Pavia Villalva
Responsável Técnico - CRC 1SP - 246.768/O-6